

STJ00031096 - V. 1

ARRUDA ALVIM

# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

v. 1



5.<sup>a</sup> EDIÇÃO  
REVISTA, ATUALIZADA  
E AMPLIADA

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

## SUMÁRIO

PREFÁCIO À 5ª EDIÇÃO .....	5
----------------------------	---

### Capítulo I — DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito .....	15
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária .....	18
3. Definição de Direito Processual Civil .....	19
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil .....	19
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil .....	38
6. Processo civil romano .....	39
7. Período das “legis actiones” .....	39
8. Período do processo formulário .....	40
9. Período da “extraordinaria cognitio” .....	41
10. Processo romano-barbárico .....	42
11. O processo comum na Itália .....	43
12. Período dos glosadores .....	44
13. Período dos pós-glosadores .....	44
14. Período da jurisprudência culta .....	45
15. O processo comum na Alemanha .....	45
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito Brasileiro — O “Forum Juditium” (“Fuero Juzgo”) ..	46
17. As Ordenações — especialmente as Filipinas .....	47
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência .....	48
19. O Regulamento 737 .....	48
20. A República e o processo civil — Os Códigos de Processo Civil Estaduais .....	49
21. A reunificação do processo civil .....	50
21-A. As tendências atuais do Processo Civil — A socialização do Processo Civil .....	54

### Capítulo II — REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCES- SUAL CIVIL

22. A reelaboração do Direito no século XIX .....	84
23. Autonomia do direito da ação .....	86
24. Moderna classificação das ações .....	86

25. O processo concebido como contrato ou quase contrato .....	88
26. O processo como instrumento predominantemente técnico .....	88
27. As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito .....	89
28. O processo civil e o Direito Penal .....	90
29. O processo civil e o Direito Constitucional .....	91
30. O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário ....	95
31. O processo civil e o Direito Civil .....	96
32. O processo civil e o Direito Comercial .....	97
33. O processo civil e o Direito Processual do Trabalho .....	98

### Capítulo III — AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34. Norma jurídica .....	100
35. Normas cogentes e dispositivas .....	103
36. Norma processual e norma substancial — Natureza da norma processual civil .....	104
37. Classificação das normas processuais civis .....	105
38. As fontes da norma processual civil .....	117
39. Competência para legislar sobre Direito Processual Civil .....	118
40. Normas processuais na Constituição Federal .....	120
41. Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual	124
42. Fontes subsidiárias da norma processual civil .....	126
43. Analogia .....	129
44. Costume .....	131
45. Os princípios gerais do Direito .....	132
46. A jurisprudência e o processo civil .....	133
47. Da interpretação das leis em geral .....	137
48. Interpretação da Lei Processual Civil .....	141

### Capítulo IV — DA JURISDIÇÃO — O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49. O Estado de Direito .....	147
50. Sistema de jurisdição .....	150
51. Natureza da função jurisdicional e suas características .....	151
52. Os princípios fundamentais da jurisdição .....	153
53. A independência do Judiciário (da Justiça) .....	156
54. O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito .....	160
55. Inconstitucionalidade de lei — Inconstitucionalidade incidental	161
56. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário .....	174

## Capítulo V — FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO — ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57. A jurisdição voluntária .....	180
58. Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias .....	185
59. Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais .....	186
60. Órgãos judiciários .....	187
61. Regimentos dos tribunais .....	191
62. Organização judiciária .....	193
63. Normas disciplinadoras da organização judiciária .....	195
64. Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a Lei do Processo .....	197
65. Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição .....	198
66. Competência interna dos tribunais .....	199
67. Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição .....	200
68. Auxiliares da justiça .....	201
69. Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil .....	206

## Capítulo VI — DA COMPETÊNCIA

70. Jurisdição e competência .....	213
71. Definição de competência .....	219
72. A competência no quadro dos pressupostos processuais .....	222
73. Distinção entre incompetência e impedimento .....	226
74. A divisão tripartida da competência .....	227
75. Competência objetiva .....	227
76. Competência territorial .....	229
77. Competência funcional .....	230
78. Competência funcional recursal .....	232
79. Competência funcional nas fases do procedimento .....	233
80. Competência internacional e interna .....	233
81. Competência exterior e interior .....	234
82. Foro competente .....	235
83. Foro geral .....	235
84. Foros especiais .....	239
85. O artigo 95 .....	240
86. O artigo 96 .....	244
87. O artigo 97 .....	247
88. O artigo 98 .....	247
89. O artigo 99 .....	248

90. O artigo 100 .....	248
91. O artigo 101 .....	257
92. Foro de eleição .....	257
93. Foro e juízo .....	261
94. Incompetência relativa .....	264
95. Incompetência absoluta .....	267
<b>Capítulo VII — A COMPETÊNCIA DA COMARCA DE SÃO PAULO</b>	
96. Competência do foro central e dos foros regionais .....	272
97. Competência afeta aos foros regionais .....	277
98. Competência das varas dos Registros Públicos .....	280
99. Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado .....	281
<b>Capítulo VIII — A JUSTIÇA FEDERAL</b>	
100. Introdução .....	283
101. A Justiça Federal e a Constituição .....	284
102. A Justiça Federal e a sua lei .....	292
103. A jurisdição da Justiça Federal é absoluta .....	293
104. Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal .....	294
105. As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal .....	295
<b>Capítulo IX — PREVENÇÃO — “PERPETUATIO IURISDICTIONIS” — CONEXÃO E CONTINÊNCIA</b>	
106. Prevenção .....	297
107. Conexão de causas .....	302
108. Continência de causas .....	307
109. “Perpetuatio iurisdictionis” .....	308
<b>Capítulo X — CONFLITO DE COMPETÊNCIA</b>	
110. Introdução .....	314
111. O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais .....	314
112. Procedimento do conflito de competência .....	317
<b>Capítulo XI — TEORIA DA AÇÃO</b>	
113. Os conflitos de interesse e as respectivas soluções .....	320
114. Noção de direito objetivo e de direito subjetivo .....	321
115. Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial .....	324

116. Nossa posição acerca do direito subjetivo .....	326
117. Teoria civilista a respeito da ação .....	329
118. Posição de Adolf Wach .....	330
119. Posição de Chiovenda .....	332
120. Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo .....	334

## **Capítulo XII — A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

121. Definição da ação .....	340
122. As condições da ação em nosso Direito positivo .....	341
123. Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos — Declaratória e violação do direito .....	350
124. Declaratória e mero fato .....	351
125. Ação declaratória e reconvenção .....	352
126. Declaratória e cumulação de ações .....	353
127. Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses .....	353
128. Declaratória e falsidade de documento .....	355
129. A ação declaratória incidental .....	355
130. O papel do “fato” na teoria da ação .....	360
131. O conceito de mérito .....	363
132. O mérito e as condições da ação .....	363
133. Cumulação de pretensões .....	366
134. Concorrência de ações .....	374
135. Objeto litigioso ou lide .....	377
136. Elementos da ação .....	379
137. As partes e sua identificação .....	379
138. O objeto .....	380
139. Fundamento legal .....	383
140. Fundamentação jurídica e “causa petendi” .....	384
141. A “causa petendi” nas ações pessoais e nas ações reais .....	384

## **Capítulo XIII — ATO PROCESSUAL**

142. Atos jurídicos e atos processuais .....	388
143. Classificação dos atos processuais .....	390
144. Forma dos atos processuais .....	397
145. As nulidades dos atos processuais .....	399

## **Capítulo XIV — O TEMPO NO PROCESSO**

146. Prazos e preclusão .....	409
147. Os princípios informativos do processo e os prazos .....	410

148. Os princípios da utilidade, continuidade, preempторiedade e preclusão.....	412
149. Dos prazos e sua classificação.....	421
150. Da contagem dos prazos.....	424
151. Os prazos mais importantes.....	427
152. Da preclusão.....	428

### Capítulo XV — PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153. A relação jurídica processual.....	434
154. Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual.....	436
155. Requisitos da validade da relação jurídica processual.....	442
156. Pressupostos processuais negativos.....	447

### Capítulo XVI — DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157. A moderna função do Ministério Público.....	449
158. Os princípios estruturais do Ministério Público.....	451
159. Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público.....	451
160. Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público.....	452
161. O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional.....	454
162. O Ministério Público e sua posição politico-jurídica.....	456
163. Da atuação do Ministério Público.....	458

### Capítulo XVII — DO ADVOGADO

164. Capacidade postulatória.....	472
165. A função do advogado.....	480
166. Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil...	485
167. Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil...	487

ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	501
------------------------	-----

ÍNDICE LEGISLATIVO.....	507
-------------------------	-----

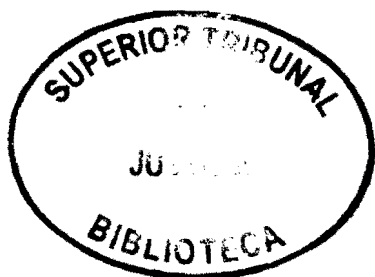
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	525
----------------------------------	-----

STJ00031098 - V. 2

ARRUDA ALVIM

MANUAL DE DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL

v. 2



5.<sup>a</sup> EDIÇÃO  
REVISTA, ATUALIZADA  
E AMPLIADA

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS



*Compra*

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**BIBLIOTECA DE SARAIVA**

Nº 165070 DATA

---

26.295      07/03/97

345.1.1.15  
 A 474.011  
 3.2.1.  
 1.1  
 1.1

**SUMÁRIO**

**Capítulo I - DOS SUJEITOS DO PROCESSO**

1. Introdução .....	17
2. Do juiz .....	17
3. Conceitos de parte e de capacidade processual .....	20
4. Análise do conceito de parte.....	23
5. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil .....	23
6. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora ...	25
7. Capacidade processual e capacidade de ser parte.....	28
8. Princípios regentes do tema das partes .....	30
9. Representação dos incapazes — Necessidade de integração da capacidade processual .....	31
10. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil.....	34
11. O incapaz sem representante legal .....	35
12. A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9º, I) .....	36
13. A figura do curador especial.....	40
14. A capacidade processual do marido e da mulher .....	51
15. Forma de ser sanado o vício de incapacidade .....	55

**Capítulo II - REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS**

16. Noções gerais.....	59
17. A representação da União.....	61
18. A representação dos Estados-federados .....	64
19. A representação dos Municípios .....	65
20. A representação do Distrito Federal .....	65
21. A representação dos Territórios.....	66
22. A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado .....	66
23. A representação das paróquias da Igreja Católica .....	69

### Capítulo III - REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24. Introdução .....	71
25. A representação da massa falida .....	71
26. A representação das heranças jacente e vacante .....	72
27. A representação do espólio .....	73
28. A representação dos condomínios .....	74

### Capítulo IV - DO LITISCONSÓRCIO

29. Conceito de litisconsórcio .....	77
30. Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação .....	78
31. Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47) — Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único) .....	78
32. Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material .....	81
33. Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo .....	81
34. Litisconsórcio facultativo (noções gerais) .....	82
35. Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I) ....	84
36. Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamento de fato (art. 46, II) .....	85
37. Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de Direito (art. 46, II) .....	85
38. Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III, e 103) .....	86
39. Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV) .....	86
40. Litisconsórcio necessário (noções gerais) - (art. 47) .....	90
41. Litisconsórcio unitário (noções gerais) - (art. 47) .....	96
42. Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio ...	98

### Capítulo V - DA ASSISTÊNCIA

43. Noções gerais acerca do instituto da assistência .....	107
44. Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial .....	110

45. Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial .....	113
46. A posição do assistente no processo .....	118
47. A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial .....	118
48. A atividade do assistente .....	121
49. Limites à atividade do assistente .....	122
50. Os processos que ensejam a intervenção do assistente .....	124
51. O incidente de admissibilidade do assistente .....	126

## Capítulo VI - DA OPOSIÇÃO

52. Colocação do instituto .....	130
53. Pressupostos de admissibilidade da oposição — implicações da oposição admitida .....	131
54. Processos que admitem e não admitem oposição .....	132
55. Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento .....	134
56. O processamento da oposição .....	136
57. A posição dos opostos em relação ao opoente .....	137
58. A autonomia dos opostos .....	137
59. Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição .....	138
60. O indeferimento do pedido de oposição .....	138
61. A sentença da oposição .....	139

## Capítulo VII - DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62. Noções gerais necessárias à compreensão do instituto ..	141
63. Definição .....	141
64. Legitimação para a nomeação e procedimento .....	143
65. A aceitação ou a recusa do nomeante pelo autor .....	146
66. A aceitação ou a recusa do nomeado .....	146
67. A responsabilidade por perdas e danos .....	147

## Capítulo VIII - DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE

68. Noções gerais .....	149
69. A hipótese do art. 70, I .....	155
70. A hipótese do art. 70, II .....	156

71. A hipótese do art. 70, III .....	161
72. O ingresso do denunciado .....	169
73. A posição do litisdenciado .....	171
74. O comparecimento ou não do denunciado pelo autor..	174
75. O comparecimento ou não do denunciado pelo réu ....	175
76. As conseqüências da denunciação .....	180
77. A denunciação da lide no procedimento sumário .....	181

## **Capítulo IX - DO CHAMAMENTO AO PROCESSO**

78. Finalidade do chamamento ao processo .....	187
79. As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I) .	188
80. Art. 77, II .....	190
81. Art. 77, III .....	190
82. Procedimento para o chamamento .....	191
83. Efeitos do chamamento .....	192
84. Hipóteses de não admissibilidade do chamamento .....	193

## **Capítulo X - DA PETIÇÃO INICIAL**

85. Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial .	200
86. Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição .....	204
87. Petição inicial e libelo .....	207
88. Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial .....	216
89. A forma da petição inicial em nosso Direito .....	216
90. O conteúdo da petição inicial - Declaração de vontade e declaração de ciência nela contida .....	217
91. Funções preparatórias e definitivas da petição inicial...	217
92. Do pedido .....	218
93. Deferimento e indeferimento da petição inicial .....	223

## **Capítulo XI - DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS**

94. Considerações introdutórias .....	234
95. Da citação .....	236
96. Conceito de citação - Peculiaridades .....	244
97. Dos efeitos da citação .....	247
98. A falta de citação .....	249

99. A nulidade da citação .....	251
100. O comparecimento do interessado .....	253
101. Destruição dos efeitos da citação .....	253
102. Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa .....	254
103. A citação é ato judicial .....	254
104. Como se realiza a citação .....	255
105. Das intimações .....	257

## Capítulo XII - DA RESPOSTA DO RÉU

106. Introdução .....	267
107. Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa .....	270
108. Função processual da contestação .....	271
109. Contestação e conceito de questão de fato ou de direito ...	273
110. Contestação e seu conteúdo processual .....	274
111. Considerações introdutórias acerca das exceções .....	277
112. As exceções, as preliminares e o princípio de eventualidade .....	279
113. A exceção de incompetência .....	280
114. A exceção de suspeição .....	281
115. A exceção de impedimento .....	281
116. A distinção entre suspeição e impedimento .....	282
117. O procedimento da exceção de incompetência .....	283
118. O procedimento da exceção de suspeição e impedimento ..	284
119. O problema da não alegação no prazo .....	286
120. Da reconvenção .....	287
121. A reconvenção no Direito brasileiro, especialmente .....	289
122. A autonomia da reconvenção .....	291
123. A reconvenção e o procedimento sumário .....	293
124. A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu .....	294

## Capítulo XIII - DA REVELIA

125. Introdução .....	302
126. A revelia no sistema do Código de processo Civil e seus aspectos capitais .....	303
127. Revelia e litisconsórcio .....	308

128. Revelia e assistência .....	309
129. Revelia e reconvenção .....	309
130. Revelia e julgamento antecipado da lide .....	310
131. A revelia e os procedimentos especiais .....	311
132. A revelia nos processos cautelar e de execução .....	313
133. Revelia e incompetência .....	315
134. Revelia e a citação ficta .....	315

#### **Capítulo XIV - DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO**

135. Introdução .....	318
136. A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações .....	318
137. Os arts. 264 e 294 do CPC - Distinção .....	319
138. Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda .....	320
139. Mudança dos fatos e mudança do direito .....	321
140. Alteração do pedido e concordância do réu - Momento preclusivo .....	322
141. Emenda do libelo .....	322

#### **Capítulo XV - DA SUSPENSÃO DO PROCESSO**

142. Idéias gerais .....	326
143. A suspensão necessária do processo .....	326
144. A suspensão facultativa do processo .....	329
145. A suspensão do processo e os atos urgentes .....	330

#### **Capítulo XVI - DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO**

146. Providências preliminares .....	332
147. Introdução ao julgamento conforme o estado do processo .....	335
148. Da extinção do processo sem julgamento de mérito ....	336
149. O inciso I do art. 267 .....	337
150. O inciso II do art. 267 .....	338
151. O inciso III do art. 267 .....	339
152. O inciso IV do art. 267 .....	341
153. O inciso V do art. 267 .....	341
154. O inciso VI do art. 267 .....	342
155. O inciso VII do art. 267 .....	343

156. O inciso VIII do art. 267 .....	344
157. O inciso IX do art. 267 .....	346
158. O inciso X do art. 267 .....	346
159. O inciso XI do art. 267 .....	347
160. As conseqüências comuns aos diversos casos de encer- ramento do processo sem julgamento de mérito .....	347
161. O conteúdo do saneamento .....	347
162. O saneamento do processo .....	350
163. Julgamento antecipado da lide .....	352
164. Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo .....	353
164-A. Tutela antecipatória .....	355

## Capítulo XVII - CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

165. Generalidades .....	395
166. A prova e problema da verdade .....	396
167. A prova legal e a limitação do juiz .....	398
168. Noção do conceito de prova .....	398
169. Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado de processo — Da extinção do processo .....	400
170. Do julgamento antecipado da lide .....	401
171. Rápida referência ao Direito Civil .....	402
172. O art. 141 do CC em confronto com o art. 401 do CPC ...	403
173. A validade de documento entre as partes e terceiros - O documento, sua data e dúvida a respeito .....	404
174. A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca ..	406
175. A atividade probatória e a sentença .....	406

## Capítulo XVIII - A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGEN- TES DO DIREITO PROCESSUAL CI- VIL

176. A prova e o princípio dispositivo .....	412
177. A prova e o princípio da oralidade .....	414
178. O subprincípio da identidade física do juiz .....	414
179. O subprincípio da concentração dos atos processuais ...	417
180. O subprincípio da imediatidade .....	418
181. O subprincípio da irrecorribilidade em separado (“rectius”, por apelação) das interlocutórias .....	418
182. O debate oral .....	419

**Capítulo XIX - CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS**

183. Classificação das provas .....	422
184. Classificação das provas tendo em vista o sujeito .....	422
185. Classificação das provas tendo em vista o objeto .....	423
186. Classificação das provas tendo em vista a forma .....	427

**Capítulo XX - ÔNUS DA PROVA**

187. Introdução .....	429
188. Distinção entre ônus e obrigação .....	430
189. O ônus perfeito e o ônus imperfeito .....	430
190. Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório .....	431
191. A convenção das partes na distribuição do ônus da prova .....	433
192. A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova .....	434
193. Momento do funcionamento do ônus .....	434
194. Fundamentos da repartição do ônus da prova .....	435
195. O ônus da prova e a revelia .....	435
196. A confissão e o ônus da prova .....	436
197. A falsidade de documento e o ônus da prova .....	436
198. A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova .....	437

**Capítulo XXI - MOMENTOS DA PROVA**

199. Introdução .....	441
200. Especificamente os momentos da prova .....	441
201. Procedimentos probatórios especiais .....	443
202. Os momentos da prova no procedimento sumário .....	444

**Capítulo XXII - DA PROVA DOCUMENTAL**

203. Generalidades .....	447
204. Definição de documento .....	448
205. Os autores intelectual e material do documento .....	448
206. O conteúdo e a eficácia do documento .....	449
207. A forma como sendo da substância do documento .....	450
208. O documento, em regra, é prova preconstituída .....	453
209. Classificação dos documentos - Aspectos gerais .....	454



210. Os documentos e a autenticidade .....	456
211. O documento e a extensão subjetiva de sua validade..	457
212. As autoridades que são autoras materiais dos documentos .	457
213. Instrumentos e documentos particulares - Distinção específica .....	457
214. Documento e sua data .....	458
215. Validade, autenticidade e nominalidade do documento - Distinção .....	458
216. O valor probante dos documentos .....	459
217. Da exibição de documento ou coisa - Generalidades ...	462
218. Espécies de ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição .....	463
219. Das partes e de sua legitimidade .....	464
220. Os limites da ação de exibição de documento ou coisa ....	464
221. A recusa fundada de exibição .....	465
222. Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição ..	466
223. Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição	466
224. Dos recursos .....	466
225. A produção da prova documental e o procedimento ....	467

### Capítulo XXIII - DA PROVA TESTEMUNHAL

226. Esboço teórico a respeito da prova testemunhal.....	473
227. Testemunha e parte - Distinção .....	474
228. Testemunha e perito - Distinção .....	475
229. Do valor da prova testemunhal .....	475
230. A técnica de inquirição .....	476
231. O sujeito da prova testemunhal .....	477
232. Conceito de testemunha .....	478
233. Da obrigação de testemunhar .....	479
234. Quem pode ser testemunha .....	480
235. Obrigações e direitos da testemunha .....	484
236. Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal	485
237. Procedimento da prova testemunhal .....	487
238. Local em que devem ser ouvidas as testemunhas .....	492
239. A substituição de testemunhas .....	493

### Capítulo XXIV - DO DEPOIMENTO PESSOAL

240. Idéias gerais .....	495
§ 1º. Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito) — Diversidade de regimes jurídicos.....	498

241. Definição .....	502
242. Escusa de depor e aplicação da pena de confesso .....	503
243. Procedimento do depoimento pessoal .....	505
§ 1º. Restrições a certos fatos (art. 347) .....	506
244. Depoimento pessoal e confissão .....	506

## Capítulo XXV - DA CONFISSÃO

245. Escorço teórico sobre a confissão .....	509
246. Conceito de confissão .....	510
247. Elementos da confissão .....	512
248. Espécies de confissão .....	515
249. Efeitos da confissão .....	516
250. Divisibilidade e indivisibilidade da confissão .....	516
251. Aspectos principais da confissão em nosso Direito positivo .....	516
252. Revogação da confissão .....	517

## Capítulo XXVI - DA PROVA PERICIAL

253. Conceito de perícia .....	519
254. Do cabimento da prova pericial .....	519
255. Momento do pedido da prova pericial .....	522
256. O juiz e o resultado da perícia .....	523
257. Perícia - Requisitos e realização .....	525
258. A perícia e o perito .....	531
259. O perito e a sua responsabilidade .....	533

## Capítulo XXVII - DA INSPEÇÃO JUDICIAL

260. Idéias gerais .....	537
261. A participação de peritos na inspeção .....	539
262. A presença das partes na inspeção .....	539
263. A documentação da inspeção .....	540

## Capítulo XXVIII - INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

264. Diferença entre prova direta e indireta .....	542
265. Distinção entre presunção "hominis" e presunção legal .....	544
266. Presunção .....	544

267. Espécies de presunção .....	545
268. As presunções legais - Aspecto histórico .....	547
269. As presunções do homem .....	548
270. Valoração das presunções do homem.....	549
271. A presunção do homem e a prova contrária .....	550
272. A prova "prima facie" .....	550
273. A prova "prima facie" e o problema do ônus da prova .....	551

## **Capítulo XXIX - DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

274. Introdução .....	553
275. Da conciliação .....	554
276. Problemas teóricos em torno da audiência .....	559
277. Atos que antecedem a audiência.....	561
278. O adiamento da audiência .....	561
279. Audiência e o problema do cerceamento de defesa.....	562
280. Audiência e o comparecimento do Ministério Público .	563
281. Audiência e a identidade física do juiz.....	563
282. A audiência no procedimento sumário .....	565

## **Capítulo XXX - DA SENTENÇA**

283. Generalidades sobre sentença .....	571
284. A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida	574
285. A fundamentação da sentença e as lacunas da lei .....	576
286. Natureza jurídica da sentença .....	579
287. Efeitos da sentença .....	580
288. Sentenças processuais e de mérito.....	581
289. Sentenças classificadas por sua eficácia.....	582
290. Sentença declaratória .....	583
291. Sentença constitutiva .....	584
292. Sentença condenatória .....	587
293. Sentenças mandamentais .....	588
294. Sentenças dispositivas .....	590
295. Sentenças complexas .....	592
296. A sentença: sua intelecção e seus elementos .....	592
297. Relatório .....	593
298. A sentença e a respectiva fundamentação .....	595
299. A essencialidade do conteúdo decisório da sentença ....	597

300. A sentença “infra” ou “citra petita” .....	598
301. A sentença “extra petita” .....	601
302. A sentença “ultra petita” .....	604
303. A sentença e o julgamento em face de pedido genérico .....	605
304. A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de Direito intertemporal .....	605
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO</b> .....	621
<b>ÍNDICE LEGISLATIVO</b> .....	629
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b> .....	649